

## CRESCIMENTO URBANO E TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**Marcel Fantin<sup>1</sup>, Murillo Scaranari Antunes<sup>2</sup>, Marcello Alves Costa<sup>3</sup>, Ademir Fernando Morelli<sup>4</sup>**

1, 3 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova, 12244-000, São José dos Campos, SP

2 - Geociências, Unicamp. Rua dos Jasmins, 102, Residencial Flor do Vale, Tremembé - SP.

4 - Universidade de Taubaté, Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté, SP, 12020-040.

**Palavras-chave:** Urbano, Patrimônio, Cultural.

**Área do Conhecimento:** VI - Ciências Sociais Aplicadas.

### INTRODUÇÃO

Geralmente os bairros que apresentam maior interesse para a preservação, são os que mantêm suas características originais intactas e apresentam maior interesse para renovação urbana, resultando em demolições e transformações mutiladoras.

Desta forma, faz-se necessário entender estas transformações do espaço urbano para estabelecer proposições jurídicas e intervir no processo de degradação e destruição do patrimônio cultural da cidade de São Paulo, assegurando a permanência deste para as presentes e futuras gerações, mantendo assim, os suportes da identidade cultural.

### METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão baseados nos conceitos doutrinários da Produção Social do Espaço Urbano, da Ecologia Humana e do Materialismo Histórico aplicados ao desenvolvimento urbano e a tutela do patrimônio cultural.

Primeiramente, para elaboração do projeto foi delimitado um perímetro de trabalho que abarca o município de São Paulo.

Nesse sentido, analisou-se a formação do espaço urbano, suas características e a conseqüente deterioração do patrimônio cultural.

Após, foi realizada uma Revisão Bibliográfica que compreende as fases de

pesquisa, transcrição, descrição e classificação das informações textuais.

Nessa esteira, realizou-se o levantamento dos patrimônios culturais existentes, e suas inter-relações com o ambiente urbano municipal.

Assim, foi possível efetuar a integração da revisão bibliográfica, área de estudo e levantamentos.

As informações completas do trabalho foram registradas através de mapas, fotos, relatórios e fichas padronizadas.

A análise permitiu verificar a deterioração do patrimônio cultural no município de São Paulo em relação a urbanização.

### CORRENTES DO PROCESSO URBANO

Existem na história da sociologia duas correntes que se preocuparam em estes processos.

A primeira delas vem de um ramo da sociologia americana da primeira metade do século passado (Escola de Chicago ou Ecologia Clássica), transpondo os conceitos de ecologia para as relações humanas.

Em dezembro de 1923 o professor Ernest W. Burgess deu a conhecer um estudo intitulado "The Growth of the City" (O Crescimento da Cidade), nas reuniões anuais da American Sociological Society.

Trabalhavam com grupos de indivíduos e entendiam a cidade como um exemplo de organização social mais próximo do ideal de

estabilidade e ordem que muitos cientistas sociais americanos julgavam ser inerente à sociedade.

Em 1924 pouco se conhecia sobre essa novidade que é o urbano. Então, a Escola de Chicago para entender o urbano utilizou-se de estudos empíricos onde a partir da observação da realidade (análise de dados) cria-se análise de generalização em forma de teoria.

Assim, a partir da observação da cidade de Chicago criou-se um modelo descritivo de uma cidade industrial em crescimento. Assim, considerou-se a cidade como um organismo que tende ao equilíbrio, se comportando de maneira orgânica e que é igual em qualquer lugar do mundo, podendo-se chegar a um modelo empírico que representava este objeto novo que é a cidade.

Dentro dos conceitos acima apresentados é válido salientar que em 1924 a Sociologia não está firmada como ciência, isto só ocorre na década de 1960 onde se reconhece a profissão sociólogo, portanto era uma ciência em formação.

Desta feita, a característica de uma ciência em formação é se apoiar no que é entendido como ciência, daí a série de conceitos adaptados da ecologia clássica.

Dentre estes conceitos é relevante salientar para a questão do patrimônio cultural as definições de competição, invasão e sucessão.

Na competição o mais forte se localiza melhor, portanto o poder econômico tem mais força dentro da estrutura urbana perante qualquer outro valor, inclusive o cultural.

Quanto a invasão, o poder econômico através dos seus ciclos agrícola, comercial e industrial, suplanta o cultural, pois é mais importante hierarquicamente que este, tendo como consequência a sucessão citando como exemplo a demolição dos casarões dos cafeicultores na Avenida Paulista dando a passagem a fase industrial (consolidou-se a invasão com a expulsão de uma outra espécie inferior economicamente).

A Escola de Chicago pregava a visão de não ordenamento e não planejamento, pois a cidade era um organismo que tendia ao equilíbrio não necessitando de intervenções.

Porém, este modelo de Burgess não se encaixava em todas as cidades industriais em crescimento, pois existiam outras variáveis que o modelo não considerou. A Escola Neo Clássica ou Complexa Ecológica, uma derivação da Escola de Chicago fez esta crítica demonstrando que diversos valores culturais não foram levados em consideração pelo Modelo de Burgess, pois diversas áreas permaneciam vazias ou não eram modificadas como cemitérios por exemplo.

Entretanto, esta escola permanece dentro da corrente geral, onde o sistema urbano tende ao equilíbrio e as pessoas vão adaptando-se, sucedendo e se organizando.

Leo Francis Schnore observou a incompatibilidade do modelo de Burgess com as cidades latino-americanas (1944), demonstrando que a estrutura destas cidades permanece parecida com a época colonial. A população mais rica está próxima ao centro, padrão tradicional (cultural). Estão próximos ao poder, instituições públicas e religiosas, sendo diversas do modelo estruturalista de Burgess.

Porém, estabeleceu-se uma definição naturalista, afirmando que os Estados Unidos também comportava-se desta forma no período pré-industrial. Desta forma, nossas cidades estavam em um estágio evolucionista inferior, sendo que chegariam futuramente ao modelo da cidade de Chicago. Assim, desvincula-se a estrutura social e cultural do crescimento das cidades.

Até o presente momento os estudos quanto o urbano são descritivos e neutros politicamente, onde tudo ocorre com a natureza a atuar e tendendo ao equilíbrio.

Desta forma ficou obscura a atuação dos agentes políticos e econômicos no urbano e o papel da ideologia e do conflito de classes na degradação do patrimônio cultural.

A segunda corrente, que será desenvolvida a seguir, vem da sociologia francesa, que com Lefebvre, observa a cidade a partir de uma perspectiva dialética. Neste caso, o espaço cidade é visto como parte de uma teoria mais ampla que é a teoria social, como o resultado concreto dos atos de seus habitantes.

Sob esse ponto de vista, a origem das cidades modernas está intimamente

ligada à divisão do trabalho. A visível acentuação da separação do ambiente entre campo e cidade, ocorrida a partir da Idade Média, corresponde à concentração no campo da produção material básica (agricultura, zoocultura, mineração) e à concentração na cidade das trocas e da produção, por assim dizer, intelectual (educação, artes, decisões).

No materialismo histórico o mundo das idéias é o mundo decorrente do mundo material em que existe a nação. Assim, o avanço do conhecimento ocorre com idéias contraditórias que vão se fundindo a síntese.

Dentre as contradições inerentes a estrutura urbana, temos a questão centro e periferia, sendo a periferia necessariamente o contraponto do centro permeada pela relação de acessibilidade.

É válido salientar que quanto aos estudos realizados em Chicago em 1912 constata-se os grandes problemas viários de uma cidade industrial em crescimento, observando-se os projetos de radiais ligadas a um grande anel viário, ligando a grande elite que morava no subúrbio de Chicago ao centro comercial e empresarial, constatando-se já neste período a prevalência da circulação do capital e da força de trabalho suplantando o cultural.

A Ecologia Clássica, de uma maneira neutra, afirma que o centro de uma cidade possui muita acessibilidade, ocorre que a contradição é que a acessibilidade é produzida também, pois para um lugar ser acessível existe outro menos acessível. Nesta produção do perto e do longe, da acessibilidade, ocorre perdas irreparáveis ao patrimônio cultural de uma cidade.

Entretanto, cada região é diferente, porque a composição do sistema político, econômico e ideológico estabelece diferenças (outros valores).

Em relação as cidades brasileiras, a ocupação deu-se de outra maneira.

O professor Fávio Vilaça enfatiza que existe um processo contínuo de produção do espaço e quem tem poder econômico se esforça para que toda a sociedade e o Estado produza o perto para ela.

O ilustre professor trabalha com a tese de que a acessibilidade é produzida por um sistema de distribuição, onde quem o produziu é que segrega as pessoas de baixa

renda, desta forma a questão social define a urbanização.

Assim, na Cidade de Chicago, que contava com uma grande classe média-alta, a segregação urbana ocorreu em círculo homogêneo, provendo a construção de um grande anel viário. Já, nas cidades brasileiras, que conta com uma elite pequena e uma grande população de baixa renda, a segregação tendeu a ocorrer em setores.

Desta forma, as cidades brasileiras crescem setorialmente do ponto de vista econômico e para preservação dos valores imobiliários. Desta forma, nada é perto e nada é longe “a priori”, pois o perto e o longe é produzido socialmente, desta forma este é produzido na medida que pessoas de alta renda compram terrenos próximos e produzem riqueza neste espaço construído, no mais das vezes destruindo o patrimônio cultural ali presentes. Com este deslocamento da residência da elite, nós teremos o deslocamento de comércio e serviços que sempre irão acompanhar a demanda, ocorrendo assim mais impactos nos patrimônios culturais das cidades.

Então, a elite preferencialmente espacializa-se em bloco, pois além de atrair serviços e comércio, atrai também toda a infra-estrutura, como a construção de grandes sistemas viários, otimizando assim os parcos investimento dos recursos do Estado para si, impactando assim o ambiente cultural para o seu deslocamento.

Ainda, este deslocamento setorial da elite permite um maior lobi para alteração das leis de zoneamento, facilitando o adensamento, a preservação dos valores imobiliários e a circulação, sem o devido respeito aos patrimônios culturais.



Alargamento da Av. Duque de Caxias (1938-1942)  
Facilitação de deslocamento e circulação em detrimento do patrimônio cultural.

Assim, cria-se a chamada ideologia da cidade, sendo esta a parte onde ocorre o movimento econômico, e quem mora fora do movimento econômico não é considerado, assim todos acham louvável um investimento em sistema viário nesta região, que na verdade beneficia uma parte da cidade em detrimento do patrimônio cultural.

Desta feita, as transformações ideológicas são decorrentes das transformações econômicas e vem para viabilizar este sistema. Daí, toda a relação político - institucional é transformada pela produção (econômico). Nesta relação, a ideologia cria uma visão de mundo distorcida e é utilizada para camuflar os conflitos de interesses presentes, sendo sempre utilizada pelo ente público e classe dominante para investir em infra-estrutura viária para circulação do capital, desconsiderando a questão cultural e a estética contemplativa das cidades, além de atingir também os bens intangíveis para facilitar a atuação dos agentes econômicos.

Nesse sentido, a sociedade através do tempo se organiza, levando em consideração os sistemas econômicos, político e ideológico, para alterar a natureza na criação dos diversos bens culturais. Porém, existe um determinismo das formas urbanas pelo econômico que é reforçado pelo determinismo político-ideológico que rebate negativamente nos bens e valores culturais.

Segundo Manuel Castells em sua obra "A Questão Urbana" (1975), existe um rebatimento da estrutura social na estrutura espacial, e para entendermos a sociedade temos que entender as três instâncias que a compõe, os sistemas: econômico, político e ideológico.

Nessa esteira, o econômico determina as formas espaciais sobrepondo ou sucedendo os bens culturais e o político tende a reforçar este sistema, atuando em função dos interesses das classes dominantes utilizando-se da ideologia para justificar suas ações.

O ilustre professor Flávio Villaça em sua obra Espaço Intra-Urbano no Brasil realizou estudos sobre as cidades brasileiras. Percebeu-se que no Brasil, dois elementos da estrutura urbana são os mais poderosos na

estruturação do espaço metropolitano: as zonas industriais e a região de concentração dos bairros de camada de mais alta renda. A do primeiro elemento é determinada por forças externas a cidade; a do segundo pelos interesses de consumo da burguesia, que comandando o setor imobiliário urbano, decidem a escolha/produção de suas localizações residenciais, sendo esta a que mais influencia a estruturação do espaço metropolitano.

Desta forma, surge a especulação imobiliária, uma das atividades mais impactantes na questão do patrimônio cultural.



Av. Paulista-Ciclo do Café (1901) Av. Paulista-Ciclo Industrial (1997)  
Jornal O Estado de São Paulo - Associação Viva o Centro

Daí, Mark Gotdiener observa que o espaço não é só a manifestação concreta da estrutura social, como visto anteriormente, mas, o espaço faz também parte da estrutura social, ou seja, a acumulação capitalista também se realiza através da produção do espaço.

Podemos observar então que a destruição do patrimônio cultural do município de São Paulo esta sendo determinada pelas quatro instâncias da sociedade, sendo elas as instâncias econômica, política, ideológica e o próprio espaço como meio de acumulação capitalista, como uma força produtiva, um segundo circuito de produção, ou seja, o espaço visto apenas como mercadoria.

Podemos citar como exemplo de intervenção do agente político a "Reestruturação viária do final da década de 30, quando assume a prefeitura de São Paulo, o engenheiro Francisco Prestes Maia, autor do "Plano de Avenidas" de 1930. As pretensões do novo governo já estão traçadas, sendo necessário definir prioridades. Implantam-se várias vias radiais, e é definido o traçado dos anéis viários" (Atlas Ambiental de São Paulo).

Opera-se a completa reestruturação viária da área urbana central de São Paulo.

Como alguns exemplos das "cirurgias" impostas ao tecido urbano, durante as duas primeiras gestões de Prestes Maia (1938-1945) citam-se: o alargamento da ruas da Liberdade e Duque de Caxias, e da Avenida São João, a construção da ligação Rebouças-Eusébio Matoso, a Avenida Rio Branco, o primeiro trecho da Avenida Vinte e Três de Maio, a Ponte das Bandeiras e o prolongamento da Avenida Pacaembu. O túnel e a Avenida Nove de Julho, iniciada em 1930, é prolongada através do Jardim América e Europa, até Avenida Santo Amaro, enfatizando a conexão Santo Amaro-Santana como o principal eixo diametral da cidade, passando pelo Anhangabaú, totalmente modificado, onde o antigo parque boulevard é substituído por pistas de tráfego (8). (Atlas Ambiental de São Paulo).

Podemos citar como exemplo de intervenção dos agentes do mercado imobiliário "a influência notória da "City de San Paulo Improvements and Free Hold Land Co. Ltd. nos projetos de loteamentos residenciais, que levaram à transformação da malha urbana, e no encaminhamento de sugestões para alterações dos dispositivos legais, especialmente os relativos às diretrizes de loteamentos residenciais"(Atlas Ambiental de São Paulo).

É perceptível ainda na lei municipal 2.611 de 20/06/1923, que passou a exigir do loteador a obrigatoriedade de doar, da área total a ser loteada em zona urbana, quando superior ou igual a 40 mil m<sup>2</sup>, 20% para as vias de circulação e 5% para espaço livre ajardinado (em zona suburbana este índice era de 7% e em zona rural de 10%). Esta lei estabeleceu também dimensões mínimas para lotes (300 m<sup>2</sup>, com frente mínima de 10 m e profundidade mínima de 25 m) (Atlas Ambiental de São Paulo).

É válido ressaltar que além das questões estruturais, existem as questões contingenciais, ou seja, os agentes e as articulações em torno das ações estruturais do espaço urbano.

Assim, dá-se que nem o Estado, nem o Capital, nem a sociedade é monolítica, existindo diversos conflitos e articulações de interesses entre eles onde o resultado é um espaço desorganizado, mas por não ser determinístico deixa o espaço para a ação

daquilo que conhecemos como planejamento, harmonizando as ações dos agentes sociais.

Ocorre que o não planejamento ou o planejamento balizado nos interesses econômicos dos agentes transformadores do espaço, sendo este visto como mera mercadoria e desprovido de qualquer caráter ético está criando uma cidade cada vez mais desumana, levando esta a perder a sua própria "razão de ser" (Lima, 2003).

Observa-se daí que o uso e ocupação do solo é de especial importância para a preservação do valor estético, artístico e cultural do urbano.

Em nosso estudo de caso, abordaremos a Avenida Tiradentes, analisando as questões éticas do desenvolvimento urbano local, as proposições urbanas e jurídicas.

Nesta região existe um grande patrimônio cultural, porém com o modelo de ocupação do espaço urbano, favoreceu-se o tráfego de automóveis em detrimento das funções estéticas e artísticas dos patrimônios culturais ali presentes.

#### **BIBLIOGRAFIA**

1. ATLAS AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. São Paulo: PMSP, 2003.
8. SANTOS, M. A urbanização brasileira. 2 ed. São Paulo : Hucitec, 1994.
9. MARICATO, E. cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.
10. ROLNIK, R. A Cidade e a Lei. São Paulo. FAPESP, 1997.
12. BURGUESS, E. W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa.
13. CASTELLS, M. A Questão Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
15. GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo. EDUSP, 1993.
17. LEFEVBRE, H. O direito à cidade. São Paulo. Moraes, 1991.
19. SCHNORE, L. F. Sobre a estruturação espacial das cidades nas duas américas. In:
21. VILLAÇA, F. Espaço intra urbano no Brasil. São Paulo, Nobel.1998.
23. PMSP. 1992. O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade de São Paulo. PMSP.
26. ROLNIK, R. 2000. POLÍTICA URBANA. Instituto Florestan Fernandes, S.Paulo.